

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 0017950585/2023 - SAMA.UBE.AAD

1-Objeto para a contratação:

Credenciamento de Clínicas e/ou Hospitais Veterinários para prestação de serviços de castração cirúrgica e microchipagem.

2-Descrição dos Serviços:

Credenciamento para execução de procedimentos de castração cirúrgica e implantação de microchip, em animais das espécies caninas e felinas, domiciliados, semidomiciliados e errantes, no município de Joinville.

2.1 DOS SERVIÇOS

Item	Denominação	Unidade de Medida
01	Serviço de castração veterinária - Espécie: Canina. Sexo: Fêmea	Serviço
02	Serviço de castração veterinária - Espécie: Canina. Sexo: Macho	Serviço
03	Serviço de castração veterinária - Espécie: Felina. Sexo: Fêmea	Serviço
04	Serviço de castração veterinária - Espécie: Felina. Sexo: Macho	Serviço
05	Serviço de microchipagem veterinária	Serviço

2.1.1 Para o item 5 deverá ser considerado o produto (microchip) e a aplicação.

2.1.2 A Contratante poderá, a qualquer momento, sem necessidade de anuência da Contratada, fornecer o microchip, nesse caso o valor para o item 5 não poderá ser cobrado.

2.1.3 - O Contrato será por serviços de natureza contínua.

2.1.4 - A CONTRATADA deverá realizar todos os serviços descritos no item 2.

2.2 - DOS CUSTOS:

2.2.1 Os serviços serão gratuitos à população conforme art. 19 da Lei Complementar nº360/2011, mas remunerados pela Secretaria de Meio Ambiente (SAMA).

2.2.2 A avaliação pré-cirúrgica para determinar se o animal está apto a realizar o procedimento e o retorno pós-cirurgia para retirada de pontos já estão inclusos no valor do procedimento cirúrgico de castração.

2.2.3 No ato da castração o animal que não possuir microchip, será obrigatoriamente microchipado.

2.2.4 O número total de castrações ficará limitado ao orçamento anual disponível e ao valor estipulado no SISMMAM.

2.3 DAS CONDIÇÕES:

2.3.1 Os serviços deverão ser prestados nas dependências do estabelecimento contratado, aos animais encaminhados por tutores/responsáveis ou pela Unidade de Bem Estar Animal - UBE, acompanhados do *Termo de Autorização* (0015719465), devidamente preenchido, assinado e carimbado pela Secretaria de Meio Ambiente - SAMA, dentro do prazo de validade de 60 dias a contar da data de emissão constante no mesmo.

2.3.2 A CONTRATADA deverá preencher por completo o Termo de Autorização, mesmo quando for um animal de colônia ou não domiciliado deve ter um responsável, e quando já preenchido, deve conferir os itens, principalmente o microchip do animal se esta correto. Não deve haver rasuras no termo.

2.3.3 É de suma importância que a clínica contratada faça uma procura com leitor de microchip no animal antes do procedimento e caso o animal já possua microchip deverá realizar a anotação do número no *Termo de Autorização* indicando a chipagem pré-existente ao ato cirúrgico.

2.3.4 A castração não utilizada dentro da validade de 60 dias após a data de emissão, exceto casos descritos nos subitens 2.3.9 e 2.3.10, tornam o *Termo de Autorização* inutilizável e deve ser encaminhado a CONTRATANTE junto ao relatório mensal.

2.3.5 Os estabelecimentos contratados bem como os profissionais serão avaliados/fiscalizados pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF, em relação à técnica cirúrgica empregada e ao protocolo anestésico utilizado, podendo ser descontratado, em caso de má prestação do serviço, a ser verificado em processo específico, com garantia de contraditório e ampla defesa.

2.3.6 Não é permitida a terceirização do serviço de castração.

2.3.7 Os animais previamente passarão por exame clínico, realizado pelo Médico Veterinário do estabelecimento contratado, a fim de garantir as condições físicas do animal para a realização do procedimento cirúrgico.

2.3.8 Pode o estabelecimento contratado solicitar exames complementares para maior segurança, antes de efetuar o procedimento, ficando facultado ao tutor/responsável pelo animal permitir a realização desse exame ou não, já que este exame será custeado pelo mesmo.

2.3.9 É facultado ao médico veterinário responsável pelo atendimento vetar/inabilitar a execução do procedimento cirúrgico em animais que apresentem más condições de saúde e que possam implicar risco de morte ou que as condições do animal possam implicar em insucesso do procedimento, e/ou doenças e fatores adjacentes que possam interferir na cirurgia. Nestes casos, poderá ser postergada a data da cirurgia até a liberação/habilitação. O profissional responsável pelo atendimento e avaliação deverá emitir relatório com a *Justificativa do Veto ao Procedimento* (0015781237) em 03 (três) vias, manter 02 (duas) vias no estabelecimento contratado, uma para a CONTRATADA e outra para a CONTRATANTE e entregar uma via para o tutor/guardião pelo animal.

2.3.10 O tutor/responsável pelo animal deverá arcar com os custos de consultas e tratamentos pertinentes ao caso e deverá retornar ao estabelecimento contratado quando o animal estiver com a saúde recuperada e apto a submeter-se ao procedimento cirúrgico. Após a cirurgia, a CONTRATADA deverá anexar o relatório de inaptidão anterior e a avaliação de aptidão atual ao *Termo de Autorização* para ser encaminhamento à CONTRATANTE no relatório mensal.

2.3.10.1 Quaisquer situações alheias a este instrumento serão analisadas pela CONTRATANTE.

2.3.11 É de responsabilidade do tutor/responsável pelo animal realizar o jejum de sólidos e líquidos por 12 horas antes do procedimento cirúrgico.

2.3.12 O transporte dos animais encaminhados para a castração é de responsabilidade do tutor/responsável pelo mesmo.

2.3.13 Os animais que chegarem ao estabelecimento contratado para cirurgia de castração devem ser imediatamente internados após exame clínico prévio. A cirurgia deve ser realizada em período não superior a 24 horas do internamento. Em caso de não realização do serviço o tutor/responsável deve ser informado e o animal deve ser devolvido em no máximo 24hs.

2.3.14 Todo material necessário para execução do serviço contratado é de responsabilidade do estabelecimento contratado, e deverá ser disponibilizado pelo mesmo.

2.3.15 Todo material cirúrgico a ser utilizado para o serviço veterinário contratado deverá ser adequadamente esterilizado para cada procedimento cirúrgico. Materiais utilizados para aplicação de drogas injetáveis deverão ser descartados após o primeiro uso para cada animal submetido ao procedimento cirúrgico.

2.3.16 Para a realização do procedimento cirúrgico os animais deverão receber as medicações pré-operatórias adequadas para a cirurgia, como anestésicos e analgésicos. Essas medicações devem ser disponibilizadas pelo estabelecimento contratado.

2.3.17 Antes do procedimento cirúrgico, deverá ser realizada a tricotomia no local da cirurgia, além da antissepsia adequada no local da incisão.

2.3.18 A técnica cirúrgica a ser utilizada é de OSH - ovariosalpingohisterectomia (retirada dos ovários, tubos e útero) nas fêmeas e Orquietectomia (retirada dos testículos) nos machos, priorizando técnicas minimamente invasivas.

2.3.19 No momento do procedimento cirúrgico de castração, se o animal não possuir microchip, o mesmo deverá ser implantado sob inserção subcutânea, próximo à região da nuca, entre as escapulas. O estabelecimento contratado deverá informar os dados do microchip no *Termo de Autorização*.

2.3.20 Logo após o procedimento, com o animal ainda sedado, a CONTRATADA deve realizar uma marcação, conforme a Lei Complementar nº 532, de 12 de junho de 2019, onde consta:

"Os animais castrados deverão receber no ato de castração uma marcação à superfície interna da orelha ou no abdômen próximo ao local da castração, obtida por introdução sob a epiderme de matérias corantes, a fim de identificar que o animal marcado já realizou a operação de castração."

2.3.21 O pós-operatório imediato dos animais será assegurado pelo estabelecimento contratado, sendo que o animal só deverá ser devolvido ao tutor/responsável após observar que o animal saiu da sedação e que reage bem ao procedimento, em no máximo 24 horas após essa recuperação pós-cirúrgica.

2.3.22 Na alta do animal o Médico Veterinário responsável realizará a prescrição dos medicamentos para o pós-operatório, como antibiótico, anti-inflamatório e analgésico, assim como as orientações sobre repouso, curativos e uso de roupa cirúrgica e/ou colar elisabetano.

2.3.23 É de responsabilidade do tutor/responsável realizar os cuidados pós-cirúrgicos em seu domicílio, inclusive adquirir e administrar os medicamentos prescritos pelo médico veterinário, roupa cirúrgica e/ou colar elisabetano, além de promover os cuidados com curativo e repouso do animal, retornando em até 15 dias ao estabelecimento contratado para a retirada dos pontos.

2.3.24 Intercorrências no pré, trans e pós-cirúrgico relacionados aos procedimentos, serão atendidas pelo serviço veterinário contratado, sem ônus para a CONTRATANTE, tutor/responsável

pelo animal, se for o caso. Quando houver negligência do tutor/responsável nos cuidados pós-operatórios e necessitar de re-intervenção, o estabelecimento contratado poderá cobrar por este serviço.

2.3.25 Comunicar eventuais óbitos no pré, trans e pós-cirúrgico ao tutor/responsável pelo animal, e disponibilizar o cadáver para o mesmo em no máximo 24 horas. Elaborar laudo do óbito, apontando todos os passos desde a entrada do animal até o fato consumado.

2.3.26 Quaisquer outros procedimentos tais como: consultas, tratamentos, medicamentos, exames, raio-X, vacinas, tratamento de doenças e demais não estão cobertos pelo contrato exceto a consulta para avaliação pré-cirúrgica, a prescrição das medicações para pós-cirúrgico e a consulta para retirada de pontos, além da implantação do microchip, quando necessário.

2.3.27 O serviço contratado para execução dos procedimentos cirúrgicos de castração e implantação de microchip, objeto do presente, atenderá somente na forma estabelecida neste documento.

3-Equipe Mínima:

3.1 Para a execução dos procedimentos os estabelecimentos contratados deverão dispor de equipe mínima de dois profissionais qualificados (cirurgião e anestesista).

3.2 Os profissionais médicos veterinários deverão ser inscritos no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina - CRMV/SC.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1 As atividades deverão ser realizadas de segunda à sexta-feira em horário comercial, podendo ser estendido para os finais de semana, caso a haja o comum acordo da Contratada e o tutor/guardião.

4.2 As fichas serão disponibilizadas pela SAMA e pela UBE à população ao longo do período de vigência do credenciamento, conforme demanda apresentada pela sociedade e limitando-se ao orçamento anual disponível.

4.3 O agendamento dos serviços junto ao estabelecimento contratado será realizado pelo tutor/responsável pelo animal após a posse do *Termo de Autorização*, tendo em vista que haverá uma lista de clínicas credenciadas e este poderá escolher a clínica que seja mais conveniente à sua realidade, respeitando a lista que consta no final de cada *Termo de Autorização*.

4.4 O estabelecimento contratado só poderá executar os serviços mediante apresentação de *Termo de Autorização* carimbado, assinado pela CONTRATANTE e dentro do prazo de validade de 60 dias a contar da data de emissão constante no mesmo.

5-Cronograma de execução dos serviços:

5.1 – O Edital de Credenciamento terá validade por tempo indeterminado.

5.2 - Quanto ao prazo de execução do contrato, esse se dará em 12 meses com possibilidade de prorrogação de igual período.

5.3 – A CONTRATADA deverá iniciar a prestação de serviços, em todos os seus termos, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.

6-Local de execução dos serviços:

6.1 – Os atendimentos deverão ser realizados em locais legalmente destinados a esta finalidade, que cumpram as exigências sanitárias e todas as normas regulamentadoras em vigor, localizados no município de Joinville/SC, e equipados para prestar o serviço objeto deste termo.

7-Gestor do Contrato:

7.1 - Secretaria do Meio Ambiente.

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 É obrigatório que o estabelecimento contratado tenha os prontuários médicos dos animais atendidos, nos quais deverão ser anotados todos os seus dados, devendo os mesmos ser arquivados em consonância com as determinações legais, especialmente no que tange ao prazo.

8.2 Os prestadores contratados responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto, incluídos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais, fiscais e empresariais resultantes de vínculo empregatício cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município de Joinville.

8.3 O estabelecimento contratado deverá repetir a realização de procedimento sem nova cobrança ou qualquer custo adicional, sempre que houver falha no procedimento anterior realizado.

8.4 Cumprir todas as normas legais e regulamentares de Medicina e Segurança do Trabalho, incluindo o uso de equipamentos de segurança.

8.5 Cumprir todas as condições dispostas neste documento.

8.6 O estabelecimento contratado deverá enviar junto a Nota Fiscal - NF, um relatório dos procedimentos realizados conforme o anexo 0015781215, contendo:

a) Data, logo, endereço completo, telefone e assinatura do responsável pelo estabelecimento contratado;

b) Tabela com os números dos *Termos de Autorização* utilizados, espécie, sexo e se necessitou de microchipagem;

c) Quantidade de microchipagens realizadas, diferenciando os cedidos pela UBE e os cobrados;

c) Total de castrações por espécie e sexo;

c) Total de óbitos ocorridos;

d) Total de animais inaptos à cirurgia de castração.

8.7 Além disto, o estabelecimento contratado deverá enviar a SAMA um relatório dos termos utilizados conforme o anexo 0015781225 e todos os *Termo de Autorização* do período, bem como as *Justificativas dos Vetos a Procedimentos*.

8.8 A Contratada se compromete a aceitar as alterações quanto ao documento *Termo de Autorização*, quando houver.

8.9 Devem ser consideradas todas as resoluções pertinentes ao objeto editadas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, especialmente a Resolução nº 1275, de 24 de julho de 2019.

8.10 Os estabelecimentos veterinários contratados deverão estar devidamente em dia com suas obrigações junto ao CRMV/SC e com os demais licenciamentos exigidos pela legislação pertinente (licenciamento ambiental, se necessário, alvará de localização, licença sanitária, alvará de prevenção e combate ao incêndio, dentre outros).

8.11 A autoridade competente, devidamente autorizada pela Lei Complementar nº 360/2011, terá pronto acesso ao serviço veterinário Contratado, a qualquer tempo, durante a realização dos procedimentos e desde que respeitadas às exigências de controle de infecção e biossegurança, com fins de averiguação do cumprimento das condições.

8.12 Os serviços veterinários contratado devem atender ao disposto na Lei Complementar nº 360/2011 do município e demais legislações pertinentes.

8.13 Para a execução dos serviços, o estabelecimento contratado deve estar de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), n. 1275, de 24 de julho de 2019.

8.14 As clínicas e/ou hospitais veterinários interessados deverão aceitar os valores determinados neste documento, que poderão ser reajustados pelo IGPM.

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 Encaminhar os animais errantes, semidomiciliados e domiciliados ao serviço veterinário contratado, através de seus tutores/responsáveis, acompanhados de *Termo de Autorização* devidamente

preenchido, assinado e carimbado.

9.2 Averiguar o cumprimento das condições contratadas, através da autoridade competente, devidamente caracterizada pela Lei Complementar nº 360/2011, tendo pronto acesso ao serviço veterinário contratado, a qualquer tempo, durante a realização dos procedimentos e desde que respeitadas às exigências de controle de infecção e biossegurança.

9.3 Fornecer *Termo de Autorização* para o ato cirúrgico e implantação de microchip, e informar ao tutor/responsável pelo animal quais os estabelecimentos contratados onde o procedimento poderá ser realizado.

9.4 Efetuar o cadastro dos animais castrados em banco de dados informatizado mediante fornecimento de dados pelo estabelecimento contratado no relatório de termos utilizados.

9.5 Zelar pela eficiência dos procedimentos sob sua responsabilidade.

9.6 Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias e fiscalizar a perfeita execução dos procedimentos.

9.7 - Efetuar o transporte dos animais para execução dos serviços, entrega e retirada, no estabelecimento da CONTRATADA;

9.8 - Fiscalizar a prestação dos serviços e das demais cláusulas deste documento, sendo que poderá a qualquer momento realizar vistoria nas clínicas para verificação dos animais que permanecem internados e suas condições;

9.9 - Comunicar por escrito a CONTRATADA, sobre as possíveis irregularidades na prestação dos serviços para adoção de providências a fim de sanar os problemas eventualmente ocorridos;

9.10 - Atestar que as notas fiscais estejam em conformidade com este documento e encaminhá-las para pagamento;

9.11 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.12 - Rejeitar em todo ou em parte, o serviço(s) que estiver(em) em desacordo com este Termo de Referência ou que fora constatado qualquer irregularidade.

10-Condições Gerais:

10.1 Modelo de gestão e de execução da contratação:

10.1.1 - A gestão do contrato será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, nos termos do artigo 151 da Instrução Normativa Instrução Normativa 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal de Joinville/SC;

10.1.2 - Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do artigo 157 da Instrução Normativa Instrução Normativa 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal de Joinville/SC;

10.1.3 - O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem ou serviço, (ou) parcialmente de acordo com as medições em conformidade com o cronograma proposto;

10.1.4 - O Relatório de serviços será recebido:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 2 dias corridos, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os serviços constantes no Relatório estiverem em conformidade com as Requisições Clínicas enviadas e em conformidade com as especificações do presente Termo de Referência;

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) relatório não exclui a responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do(s) futuro(s) Contrato(s);

e) A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no

f) A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e consiste em Credenciamento para execução de procedimentos de castração cirúrgica e implantação de microchip, tendo em vista que a Unidade de Bem Estar e Proteção Animal - UBE não possui estrutura física e equipamentos específicos para suprir a demanda de castração, e ainda considerando a atual estrutura dos serviços veterinários, que a única solução possível, no momento, é o Credenciamento, levando em consideração que não temos alvará sanitário para ser caracterizado uma clínica em que possa ser realizado os procedimentos elencados no referido Termo.

10.2 - Do valor estimado da contratação

10.2.1 - Estima-se a contratação no importe de R\$ 600.000,00;

10.3 - Da adequação/disponibilidade orçamentária

10.3.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria;

10.3.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de compras" que fará parte do presente processo.

10.4 - Da fundamentação da contratação

10.4.1 - A presente contratação possui como fundamentação o Estudo Técnico Preliminar correspondente, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de compras.

10.5 - Critério e práticas de sustentabilidade

10.5.1 - Quando cabível, a contratada deverá realizar a logística reversa dos produtos fornecidos.

10.6 - Padrões mínimos de qualidade/desempenho

10.6.1 - Deverão ser atendidos, neste sentido o previsto nos itens 2 e 8 deste Termo de Referência.

10.7 - Critério de medição e pagamento

10.7.1 - O pagamento será por serviço realizado, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

10.7.2 - Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

10.7.3 - De forma a regulamentar as condições de medição e recebimento dos serviços contratados para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar dois relatórios; um Relatório da nota fiscal (0015781215) e um outro relatório com os termos utilizados (0015781225), sendo que a CAF procederá com a conferência do que consta da nota fiscal e os termos utilizados.

10.7.4 - Após a conferência e aceite dos relatórios, a CAF autorizará a CONTRATADA a emitir a nota fiscal.

10.8 - Formas e critérios de seleção do fornecedor.

10.8.1 - 10.5.1 - Elencamos como critério de aceitabilidade o menor preço unitário ou

global, (conforme o caso), observada as margens de preferências legais, e demais requisitos dispostos no Edital, sendo que todos os interessados que se enquadrem nesse critério, serão credenciados.

10.9 - Documentação compulsória para contratação

10.9.1 - Alvará Sanitário Estadual ou Municipal (quando competente);

10.10 - Das Sanções

10.10.1 - No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021.

10.11 - Das Garantias

10.11.1 - Os serviços deverão ter a garantia de seus serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

Condições padronizadas

10.12 - Para todos os itens, os estabelecimentos contratos, bem como profissionais serão avaliados/fiscalizados conforme roteiro de visita técnica, disposto no item 2.3 - DAS CONDIÇÕES:

10.13 - ANEXOS

10.13.1- ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

ROTEIRO DE VISITA TÉCNICA

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DE JOINVILLE

Objeto: Credenciamento de Clínicas e/ou Hospitais Veterinários para prestação de serviços de castração cirúrgica e microchipagem.

O objetivo deste roteiro é verificar a regularidade do estabelecimento junto aos órgãos de fiscalização, observando as condições de funcionamento, o atendimento as condições estabelecidas no presente Termo de Referência e a regular atuação dos profissionais. Este roteiro é um orientador dos itens que serão verificados durante a visita técnica, porém não limita as exigências previstas nas legislações vigentes, complementares e alterações.

Os critérios de análise e o roteiro de visita poderão ser alterados para incluir as novas legislações que possam surgir, bem como para adequação às alterações das legislações até o presente momento aplicadas neste credenciamento.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome empresarial:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

2. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a) A CONTRATADA possui registro junto ao CRMV/SC regular?

() sim () não () não se aplica

Observação:

b) O Responsável Técnico possui vínculo com a proponente?

() sim () não () não se aplica

Observação:

c) O Alvará Sanitário está dentro do prazo de validade e compatível com o serviço a ser credenciado?

() sim () não () não se aplica

Observação:

3. EQUIPE MÍNIMA

a) A relação de profissionais apresentada pela Contratada atende o mínimo exigido no item 3- equipe mínima do Termo de Referência?

() sim () não

Observação:

b) Todos os profissionais estão inscritos e regulares em seus respectivos conselhos?

() sim () não

Observação:

c) O responsável técnico da Contratada possui habilitação para desempenhar as atividades relativas aos serviços objeto do credenciamento?

☐ sim ☐ não

Observação:

4. ESTRUTURA FÍSICA MÍNIMA

4.1.

a) Dispor de estrutura física adequada para a realização de todos os serviços estabelecidos neste documento e capacidade de lotação para manter os animais na pós-cirurgia;

☐ sim ☐ não

Observação:

c) Possuir baias de acordo com o porte do animal;

☐ sim ☐ não

Observação:

d) Os recintos para os animais deverão ser secos e limpos;

☐ sim ☐ não

Observação:

e) Os atendimentos deverão ocorrer em ambiente fechado, restrito, de tamanho compatível com o número e fluxo de animais a serem atendidos.

☐ sim ☐ não

Observação:

f) Instalações prediais livres de trincas, rachaduras, mofos e/ou infiltrações;

☐ sim ☐ não

Observação:

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

É de responsabilidade da CONTRATADA atualizar-se a fim de manter-se adequada às legislações em vigor durante a prestação dos serviços.

7. CONCLUSÃO

☐ Cumpre todos os requisitos

☐ Cumpre parcialmente os requisitos

Especificar:

Equipe responsável pela visita técnica (indicar nome completo, matrícula e lotação):

Data da visita técnica:

Responsável pelo estabelecimento durante a visita técnica:

10.8 - Documentação compulsória para contratação

10.8.1 - Alvará Sanitário Estadual ou Municipal (quando competente);



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Marchi Santos**, **Coordenador(a)**, em 09/08/2023, às 15:56, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita**, **Secretário (a)**, em 09/08/2023, às 17:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0017950585** e o código CRC **F263D783**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

